

Administrações Públicas fecham 2023 com saldo positivo

- O saldo global das Administrações Públicas fechou o ano em terreno positivo. Em contabilidade pública e ajustado do efeito da integração do FPCGD o saldo foi de 4.330 milhões de euros.**
- O aumento da receita face a 2022 reflete a resiliência do mercado de trabalho ao longo do ano, destacando-se a subida de 10,7% das contribuições sociais.**
- Do lado da despesa destaca-se o aumento das prestações sociais a cargo da Segurança Social, das despesas com pessoal e da aquisição de bens e serviços.**
- A despesa primária sem medidas extraordinárias aumentou 9,4% em 2023 face ao período homólogo**

SALDO ORÇAMENTAL AJUSTADO ASCENDE A 4.330 MILHÕES DE EUROS

Na ótica da contabilidade pública, as Administrações Públicas registaram um saldo orçamental ajustado¹ positivo de 4.330 milhões de euros em 2023.

O valor de final de ano diminuiu em relação ao saldo registado em novembro (redução de 2.057 milhões de euros), mas manteve-se em terreno positivo ao contrário do que aconteceu em 2022. As Administrações Públicas fecharam 2022 com um défice de 3.437 milhões de euros, em contabilidade pública.

Comparando com 2022, em termos homólogos e ajustados¹, a variação reflete:

- Uma melhoria da receita efetiva de 12,1% – em grande parte fruto da resiliência do mercado de trabalho tanto em volume de emprego como no crescimento das remunerações (+13,6% de IRS e +10,7% de Contribuições Sociais);
- Um aumento da despesa efetiva de 9,0%, ajustado das medidas extraordinárias (traduzindo a redução do volume de medidas relacionadas com a Covid-19 e o montante significativo de medidas adotadas para mitigação impacto do choque geopolítico).

As medidas associadas ao choque geopolítico ascenderam a 2.835 milhões de euros. Deste montante, 1.209 milhões de euros são medidas com impacto no lado da despesa, destacando-se o apoio extraordinário às famílias mais vulneráveis, incluindo o apoio para crianças e jovens, e o apoio a setores de produção agrícola. Do lado da receita, as medidas tomadas representaram

¹ Ajustado do efeito da integração do Fundo de Pensões da Caixa Geral de Depósitos

cerca de 1.627 milhões de euros, com destaque para as de redução de tributação sobre combustíveis e alimentos.

Quadro da Conta Consolidada das Administrações Públicas

Período: janeiro a dezembro

	Execução Acumulada		Variação Homóloga Acumulada	
	2022	2023	Absoluta	Relativa (%)
Receita corrente	100 028	111 134	11 106	11,1
<i>da qual:</i>				
Receita fiscal	58 785	65 729	6 944	11,8
Contribuições de Segurança Social	26 463	29 305	2 842	10,7
Receita de capital	2 327	6 645	4 318	185,5
<i>da qual:</i>				
Transferências de capital	1 999	6 346	4 348	217,5
Receita efetiva	102 356	117 779	15 423	15,1
Receita efetiva ajustada FPCGD	102 356	114 760	12 405	12,1
Despesa corrente	97 118	100 704	3 587	3,7
<i>da qual:</i>				
Despesas com o pessoal	24 308	26 136	1 828	7,5
Aquisição de bens e serviços	16 188	17 204	1 017	6,3
Juros e outros encargos	6 554	6 789	235	3,6
Transferências correntes	46 853	47 297	443	0,9
Subsídios	2 028	1 981	-46	-2,3
Despesa de capital	8 675	9 726	1 051	12,1
<i>da qual:</i>				
Investimentos	6 679	7 386	707	10,6
Despesa efetiva	105 793	110 431	4 638	4,4
Saldo global	-3 437	7 348	10 785	
Saldo global ajustado FPCGD	-3 437	4 330	7 767	
Por memória:				
Despesa primária sem medidas COVID-19 e Impacto Geopolítico	92 974	101 737	8 763	9,4
Despesa primária	99 238	103 641	4 403	4,4

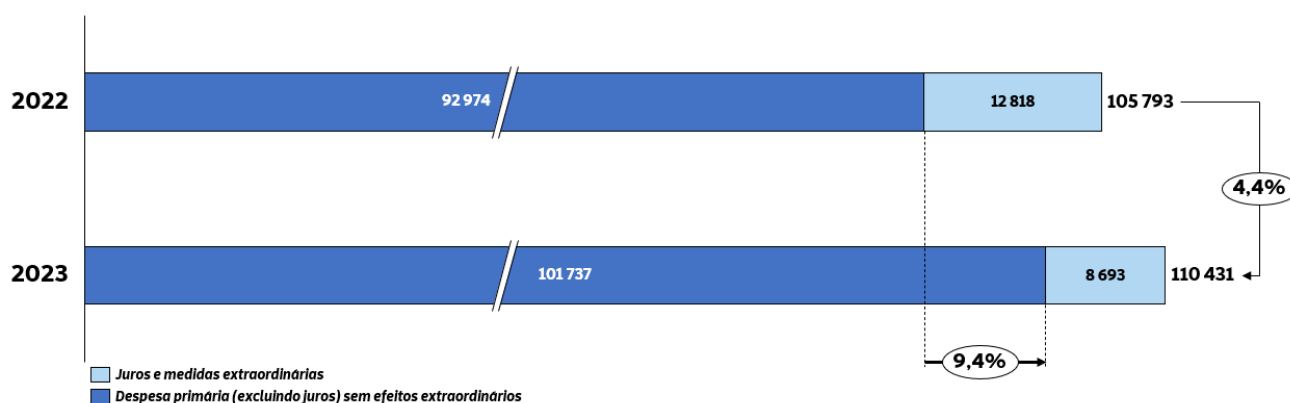
RECEITA FISCAL E CONTRIBUTIVA CRESCE

Em 2023, a receita fiscal aumentou 11,8%, influenciada pelo crescimento da receita dos impostos diretos (+14,4%). Também a receita contributiva continua a espelhar a dinâmica observada no mercado de trabalho, aumentando 10,7% face ao ano anterior.

DESPESA PRIMÁRIA SEM MEDIDAS EXTRAORDINÁRIAS SOBRE

Excluindo medidas extraordinárias (medidas Covid-19 e de mitigação de choque geopolítico), a despesa efetiva cresceu 9%, enquanto a despesa primária (excluindo juros) aumentou 9,4% em termos homólogos.

Gráfico 1 – Despesa efetiva e primária



O acréscimo na despesa em 2023 face a 2022 foi impulsionado pelos salários, aquisição de bens e serviços, investimento e prestações sociais:

- As despesas com pessoal aumentaram 7,5%, refletindo as atualizações transversais remuneratórias dos trabalhadores das Administrações Públicas, o impacto do aumento da remuneração mínima mensal garantida e o aumento do subsídio de refeição. Neste âmbito, destaca-se o contributo dos salários do SNS (+8,3%) e da PSP e GNR (+8,4%).
- A despesa com aquisição de bens e serviços aumentou 6,3%, destacando-se a evolução na área da Agricultura (+41,9%), no Ensino Superior (+17,7%) e na Administração Local (+12,3%). Excluindo o efeito base de medidas Covid-19 que registaram uma forte descida em 2023, a despesa com bens e serviços cresceu 11%.
- A despesa com investimento na Administração Central e Segurança Social excluindo PPP cresceu 12,9%. Este aumento é influenciado pelo efeito base, em 2022, da Universalização da Escola Digital. Descontando o impacto da medida 'Escola Digital' de 2022, o acréscimo com despesa de investimento é de 23,1%.
- A despesa com prestações sociais (que não pensões) cresceu 9,5% (excluindo medidas Covid e medidas extraordinárias de apoio às famílias e prestações de desemprego). Esta

evolução reflete, em grande medida, a atualização do IAS e as valorizações remuneratórias. Em particular, destaca-se o aumento da despesa com o subsídio familiar a crianças e jovens (+20,6%), a prestação social para a inclusão (+25,1%), o complemento solidário para idosos (+17,7%) e ainda o pagamento do apoio à renda (269 milhões de euros). Também a despesa com pensões aumentou 4,3%, estando influenciada pelo pagamento do complemento excepcional a pensionistas em 2022 (sem o qual aumentaria 7,8%).